



# MODERNIZAÇÕES CAPITALISTAS E A PRODUÇÃO DE CONFLITOS NO CAMPO: o Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João Frente à expansão da Fronteira da Agricultura Científica Globalizada da Soja no cerrado Maranhense

Antonio José Araujo Cruz <sup>1</sup>  
Clara Beatriz Silva Durans<sup>2</sup>

## RESUMO

Objetivamos apresentar e discutir, neste trabalho, a situação geográfica do Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João, o qual tem sido objeto de diversos conflitos a partir da intrusão da fronteira da soja no Leste Maranhense. Para tanto, realizamos uma breve discussão em torno do conceito de fronteira, considerando sua importância na análise da situação do MATOPIBA. Nos apoiamos no método dialético, entendendo que este nos permite compreender a realidade em suas dimensões conflitivas e contraditórias. Metodologicamente, realizamos, principalmente, levantamento bibliográfico, documental e trabalhos de campo. Desde o início de mês de setembro de 2021, os quilombolas enfrentam o dilema de resistir ou abandonar seus territórios, seus espaços de vivências, sobrevivência, lazer e afeto, dada a grave pressão econômica, política e estrutural orquestrada por fazendeiros paranaenses e lideranças políticas locais. Nesse sentido, pretende destacar como o imperativo de novas especializações produtivas, principalmente, do monocultivo da soja, sobre territórios tradicionalmente ocupados e usados por populações quilombolas, tem causado grandes instabilidades territoriais, a partir de ações como a devastação ecológica, a expropriação de terras, transformações nos modos de vida historicamente e ancestralmente instituídos, bem como tem implicado na produção de conflitos agrários e ações de resistências por parte dos agentes atingidos pela lógica do agronegócio globalizado no campo.

**Palavras-chave:** Modernizações Capitalistas, Conflitos, Território Quilombola, Fronteira, Maranhão.

## RESUMEN

Nuestro objetivo es presentar y discutir, en este trabajo, la situación geográfica del Territorio Quilombola Tanque da Rodagem y São João, que ha sido objeto de varios conflictos tras la intrusión de la frontera sojera en el este de Maranhão. Para ello, sostuvimos una breve discusión en torno al concepto de frontera, considerando su importancia en el análisis de la situación en MATOPIBA. Nos apoyamos en el método dialéctico, entendiendo que nos permite comprender la realidad en sus dimensiones conflictivas y contradictorias. Metodológicamente realizamos principalmente investigación bibliográfica, documental y trabajo de campo. Desde principios de septiembre de 2021, los quilombolas enfrentan el dilema de resistir o abandonar sus territorios, sus espacios de vida, supervivencia, ocio y afecto, ante la grave presión económica, política y estructural orquestada por los agricultores paranenses y los líderes políticos locales. En este sentido, se pretende resaltar cómo el imperativo de nuevas especializaciones productivas, principalmente monocultivos de soja, en territorios tradicionalmente ocupados y utilizados por poblaciones quilombolas, ha provocado grandes inestabilidades territoriales, a

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, [antonioaraujo1096@hotmail.com](mailto:antonioaraujo1096@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, [claradurans15@gmail.com](mailto:claradurans15@gmail.com).

través de ações como devastación ecológica, expropiação de terras, transformaciones históricas y modos de vida ancestralmente establecidos, además de resultar en la producción de conflictos agrarios y acciones de resistencia por parte de agentes afectados por la lógica del agronegocio globalizado en el campo.

**Palabras clave:** Modernizaciones capitalistas, Conflictos, Territorio quilombola, Frontera, Maranhão.

## INTRODUÇÃO

O avanço da fronteira da *agricultura científica globalizada* (SANTOS, 2000; SANTOS & SILVEIRA, 2001) da soja no cerrado maranhense tem provocado grandes transformações na dinâmica territorial dessa região (ALMEIDA et al., 2019). Esses dinamismos-, resultantes das modernizações capitalistas sobre áreas, no Maranhão, que até recentemente eram vistas como *fundos territoriais* (MORAES, 2000), não se revelam apenas com a inserção de novas tecnologias, ciência, informação e capital, pelo *agronegócio globalizado* (ELIAS, 2013), no campo, mas também com a produção de novos conflitos (SODRÉ et al., 2019), envolvendo povos e comunidades tradicionais, as quais ocupam e usam o território ancestralmente.

Nesse sentido, objetivamos apresentar e discutir, nesta comunicação científica, a *situação geográfica* (SILVEIRA, 1999), do Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João, o qual tem sido objeto de diversos conflitos a partir da intrusão da fronteira da soja. Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, de um esforço de “captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista em cada situação real, apropriando-se da sua concreticidade, em determinado espaço-tempo” (BRANDÃO, 2009, p.155).

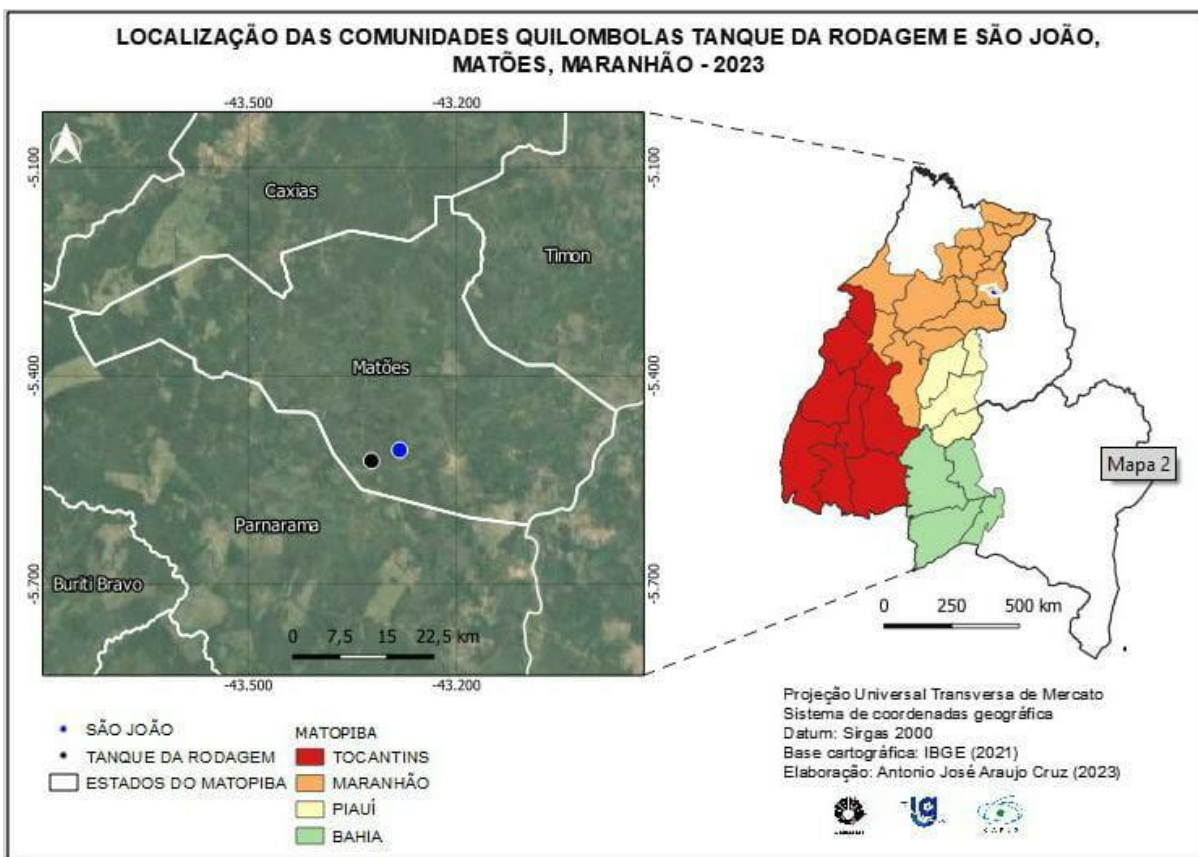
As comunidades quilombolas conhecidas como Tanque da Rodagem e São João, nas quais formam o Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João, certificadas pela Fundação Palmares desde o ano 2014, situam-se no município de Matões – MA (figura 1), a 475 Km da Capital São Luís, e têm sido palco de embates e enfrentamento entre os sujeitos que tradicionalmente ocupam aquele território e grupos empresariais recentemente instalados para implantar megas projetos agropecuários, fundamentalmente ligados ao cultivo da soja.

Desde o início de mês de setembro de 2021, os quilombolas, moradores dessas *terras tradicionalmente ocupadas* (ALMEIDA, 2004), enfrentam o dilema de resistir ou abandonar seus territórios, seus espaços de vivências, sobrevivência, lazer e afeto, dada a grave pressão econômica, política e estrutural orquestrada por fazendeiros paranaenses e lideranças políticas



Pessoas que rememoram ancestralidades longínquas, contemporâneas ao regime escravagista brasileiro, mais uma vez, convivem com a violência simbólica, física e estrutural, causadora dos brutais processos de expulsões das pessoas do campo para as periferias das cidades.

Figura 1 – Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João, Matões



Elaboração: Cruz, 2023.

Além disso, a face perversa dessas ondas modernizantes no Território Quilombola Tanque da Rodagem e São João, pode ser vista através do aumento da fome e do risco de fome, bem como da pobreza. Isso porque as pessoas, neste caso, corpos negros, são removidas dos lugares onde constituíram seus saberes, modos de vida, territorialidades, culturas e economias.

A escolha da reflexão em questão decorre da importância política e social em se compreender os distintos usos do território maranhense por agentes de diferentes forças e desígnios, o que tem tornado o seu espaço agrário campo de disputa e conflitos. Por tanto, daí a importância de se analisar de que forma esses impulsos desorganizadores dos modos de vida e das relações cotidianas aportam no território simbólico de Tanque da Rodagem e São João desequilibrando-o.



## **METODOLOGIA**

Procuramos, no presente trabalho, basear-nos no método dialético, fundamentado na teoria do materialismo histórico, entendendo que ele nos permite analisar os processos históricos constituintes da sociedade e do espaço, ou seja, do espaço geográfico, a partir das contradições e conflitos estabelecidos entre os distintos agentes, segundo seus interesses, lógicas e forças. Nessa lógica, a metodologia se deu ancorada no levantamento bibliográfico, documental e de reportagens sobre a situação geográfica investigada; trabalhos de campo no Território Quilombola Tanque da Rodagem, conversas e entrevistas com os moradores, que fazem parte da resistência nos acampamentos montados nas duas comunidades, registros fotográficos e áudios, bem como participação nos atos de enfrentamento junto dos quilombolas.

## **A ATUALIDADE DO CONCEITO DE FRONTEIRAS PARA ANALISAR SITUAÇÕES GEOGRÁFICAS NO MATOPIBA**

Discutindo o processo e a dinâmica da formação territorial brasileira, partindo de um prisma sociológico, José de Souza Martins, no texto *o tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo da histórico de expansão e da frente pioneira*, começa por conceituar a fronteira como “lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos” (p.26). O autor ressalta que a fronteira sendo um constructo histórico e, portanto, dinâmica, tem os seus sucessivos eixos de deslocamentos marcados pela destruição, pela violência, pelos *desapossamentos* (HARVEY, 2004) e pela *brutalidade das expulsões* (SASSEN, 2016). No entanto, a um só tempo, elas (as fronteiras), são também “uma história de resistência, de revolta, de protesto, de sonho e de esperança” (p. 26), pois são espaços de intensas lutas étnicas e sociais.

Martins (1996), destaca que, historicamente, nas fronteiras, os povos originários foram alcançados por um enorme quadro de violência pela terra ao longo da *formação socioespacial brasileira* (SANTOS, 1979). Porém, outros grupos sociais e étnicos também foram/são atravessados pelos projetos de agentes hegemônico, - tal qual traz à luz o autor, sobretudo grandes proprietários fundiários. Assim, pode-se mencionar, entre outros, os quilombolas, os camponeses, os “recentemente migrados”, moradores antigos, enfim, povos e comunidades

tradicionais, as quais fazem desses lugares, vistos como fronteiras, *terras tradicionalmente ocupadas* (ALMEIDA, 2004).

É frente todo esse sistemático horizonte de conflitos, “pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados” (p. 26), que Martins caracteriza a fronteira como lugar da alteridade e do conflito social. Os *fundos territoriais* (Moraes, 2004), os quais são vistos pela lógica capitalista de desenvolvimento geográfico desigual como vazios demográficos, lugar de atrasos e que precisam ser incorporados a acumulação capitalista, são, dessa forma, espaços de vida e de reprodução de uma diversidade de populações que usam, ocupam e organizam o território brasileiro no conjunto do seu mosaico regional, e, por tanto, as fronteiras são lugares de muitas lutas e do encontro/desencontro de pelo menos de duas forças dispareas que disputam projetos e desígnios distintos desde os albores da formação territorial brasileira, desenhando, assim, correlatamente, a história da desigualdade socioespacial da sociedade brasileira.

Nessa lógica, segundo Martins (1996, p.27), a fronteira

à primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.

A partir do exposto pelo autor, considera-se a possibilidade de se movimentar essa noção de fronteira como uma ferramenta teórico-metodológica, pensando-a como o desencontro entre diferentes temporalidades históricas, que nos permite uma aproximação com as categorias filosóficas do homem a partir de um *tempo rápido* e um *tempo lento* proposta por Santos (1997), ao qual se antepõem. Rapidamente, podemos inferir que o tempo lento é dos sujeitos lugarizados historicamente, tal qual os povos originários, os quilombolas e camponeses, como bem colocado no texto de Martins, que constroem relações horizontais nas situações de fronteiras a partir da correlação de forças que emanam dos lugares, dos saberes locais e do cotidiano.

Por outro lado, o tempo rápido, ou seja, dos grandes proprietários fundiários e outros agentes concretos hegemônicos, tal qual os ligados aos capitais imobiliários e financeiros que

atuam nas regiões de fronteiras agrícolas contemporâneas, é o tempo da extrema aceleração que trepidam os territórios impondo suas ordens alienantes. O tempo rápido, no entanto, “não cobre a totalidade do território, nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações. Mas, graças à globalização e a seus efeitos locais, os tempos lentos são referidos ao tempo rápido, mesmo quando este não se exerce diretamente sobre lugares ou grupos sociais” (SANTOS, 1997, p. 180).

Embricado a essa instabilidade de tempos, que constituem as fronteiras como campo de forças políticas e de divisões territoriais do trabalho chocando-se, que Martins (1996, p.27) salienta o fato de a fronteira “só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós”.

A partir de um segundo momento, o autor começa um debate olhando para dentro da formação socioespacial brasileira tomando como objeto de discussão as noções de Frente de Expansão e Frente Pioneira. Nesse sentido, aponta diversas críticas a ideia de Frente Pioneira e a autores, principalmente geógrafos como Pierre Monbeig, os quais desenvolveram diversos trabalhos mobilizando essa teoria ou, como ele chama, ideologia, mesmo reconhecendo que a concepção de fronteira depende da visão de cada um. Daí que, para Martins a Frente de Expansão “expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de Frente Pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor” (p. 28).

A fronteira é, assim, resultado de intensas apropriações de terras e da formação de um mercado de terras extremamente dinâmico e competitivo. No entanto, esse movimento desigual e combinado tem suas gêneses, principalmente, ancorado na lei de terras, que instituiu a propriedade privado no Brasil e, dessa maneira, constituiu o que é a complexa estrutura agrária brasileira, excludente dos direitos das populações tradicionais. Assim, é possível perceber como isso se concretiza a partir da situação geográfica dos territórios quilombolas Tanque da Rodagem e São João, onde o fenômeno "land grabbing" (apropriação de terras) e a sua relação com a crise do capitalismo se institui muito fortemente (BOECHAT; TOLEDO; PITTA, 2020).

**NOTAS PRELIMINARES DA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO TERRITÓRIO  
QUILOMBOLA TANQUE DA RODAGEM E SÃO JOÃO, MATÕES/MA**



De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2019, a população total do município de Matões estava estimada em 33.782 habitantes. Salienta-se, desta forma, que mais da metade da população vive na zona rural do município, onde trabalha de forma pluriativa<sup>3</sup> (SCHNEIDER, 2009), na produção agrícola, na realização da pesca artesanal, na criação de animais de pequeno porte e coleta de mariscos, por tanto, atividades importantes para a dinâmica da economia local, principalmente de comunidades camponesas e quilombolas. No território quilombola de Tanque e São João, a reprodução social dos quilombolas depende dos bens e riquezas naturais produzidos no território historicamente.

Observa-se nesse sentido que, no tocante às práticas organizativas dos quilombolas, eles cultivam alimentos por meio de roças coletivas, produzindo todos numa mesma área, ou nos próprios quintais através dos canteiros (figura 2), sendo esses espaços áreas de uso comum. Nelas, cultivam seus próprios alimentos: arroz, feijão, milho, mandioca, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, amendoim, melão, meloa, macaxeira, pepino, fava, gergelim. É perceptível, também, a produção de hortaliças e verduras nos quintais de suas casas, tais como: tomate, cheiro-verde, pimentão, pimenta, cebolinha, vinagreira (cuxá).

Figura 2 – Produção em Canteiros na comunidade Tanque da Rodagem



Fonte: acervo dos autores, 2022.

<sup>3</sup> A pluriatividade no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção) que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

Conforme relatam os quilombolas do território de Tanque e São João, eles “já vivem ali há mais de 300 anos”. Mas, como foi possível ouvir das vozes abrigadas no lugar, através de entrevistas realizadas durante trabalho de campo, os conflitos na região envolvendo agentes ligados aos projetos agropecuários são, sobretudo, iniciados a partir da década de 1980, quando vários destes grupos começaram a grilar suas terras e tentar expulsá-los.

Desde 2013, tramita no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) o processo de reconhecimento da área como território quilombola. No entanto, a última movimentação no processo do Tanque de Rodagem foi em 2017. Em relação a este fato, destaca-se que, sem a documentação definitiva da posse, os moradores não conseguem avançar com a regulamentação das moradias e nem acessam linhas de crédito para a produção agrícola.

Atualmente, com o avanço da fronteira agrícola do MATOPIBA no estado (SODRÉ, 2017), a região Leste Maranhense vem sendo gravemente afetada com monocultivo da soja e do eucalipto. É dentro dessa lógica que o território de Tanque da Rodagem e São João está sendo atingido diretamente, como pudemos observar no trabalho de campo, por conta de ações como o desmatamento (figura 3), que pode ser visto através de uma grande devastação ambiental realizada pelos sojeiros, através do uso do “correntão”, da derrubada de árvores centenárias de uso extrativo dos quilombolas.

A paisagem local, brutalmente adulterada pela imposição das inúmeras formas de violências manejadas contra os quilombolas, ultrapassa os espaços residenciais e atingem brutalmente suas formas de existência, uma vez que os danos ambientais perpetrados contra a vegetação nativa têm comprometido o extrativismo de babaçu, bacuri, castanha de caju, pequi, dentre outras frutas e amêndoas nativas que complementam a alimentação e a renda dos coletores locais. Dano não menos grave, percebido pelos moradores desse território, tem sido a destruição de habitat e nichos ecológicos das diversas espécies da fauna local (figura 4).





Figura 3 – Área desmatada para produção de Soja dentro do território quilombola



Fonte: acervo dos autores, 2022.

Figura 4 - Áreas de plantio do Grupo de Fazendas Reunidas HR – Tanque da Rodagem



Fonte: acervo dos autores, 2022.



Além disso, pela utilização de agrotóxico glifosato, que é pulverizado via aeronave, contamina-se toda a vegetação ao redor, inclusive, a plantação das roças e plantas frutíferas, bem como do solo e das nascentes de água na região. De acordo com os relatos, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA) concedeu Licenciamento Ambiental (nº 0000110/2018 – Atividade Agrossilvopastoril), o qual autorizou o uso de agrotóxico pela chamada fazenda Castiça – principal agente em conflito com os quilombolas da situação objeto de estudo-, propriedade que sobrepõe o território quilombola de Tanque da Rodagem e São João.

A compra forçada de lotes, sítios e residências, desencadeou a retirada de antigos moradores. Casas derrubadas (figura 5), pomares e estrutura de pequenas criações deixadas para trás, formam a imagem da crua violação de coisas e pessoas, diante da pressão de um “modelo de desenvolvimento”, similar à empresa colonial metropolitana, quer seja pelas marcas da degradação socioambiental ou mesmo pelo apoio oficial granjeado pelas políticas econômicas estatais. Do quilombo São João, Sr. Almir, com 81 anos de idade, teve que deixar sua casa, abandonar sua roça e mudar-se para a cidade de Matões, fazendo de sua sala de jantar e quarto atual, um verdadeiro paiol para depósito de sacas de arroz, milho e carvão vegetal, retirados às pressas das suas áreas de produção (figura 6).

Figura 5 – Casas destruídas pelos sojeiros



Fonte: acervo dos autores, 2022.

Figura 6 - Sacas de arroz na sala de jantar



Fonte: acervo dos autores, 2022.

Por conta da devastação de plantas nativas como bacuri, pequi, puçá, babaçuais, iniciou-se um grande embate entre os quilombolas e jagunços a mando dos sojeiros. Assim sendo, por mais de dois meses, os quilombolas montaram o Acampamento Reviver Fátima Barros em protesto a estas ações (figura 7). Nessa via, a defesa do Território de Tanque e São João se deu



em articulação horizontal com outras comunidades quilombolas, principalmente da Região da Baixada Maranhense, Indígenas, representantes de movimentos sociais e entidades de base, tais como: Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão (MIQCB); Justiça nos Trilhos (JNT); a Associação Agroecológica Tijupá (figura 8).

Figura 7 - Acampamento Reviver Fátima Barros



Figura 8 – Articulação para resistência no Território Quilombola



Fonte: acervo dos autores, 2022.

Juntos, frente à essa pressa modernizante, por meio de seus recursos e estratégias, desenvolveram diversas ações de resistências, como fechamento de rodovias, impedimento do avanço de máquinas e tratores no território para o desmatamento da vegetação, reuniões e audiências populares, trabalhos técnicos e científicos como: cartografias da área, construção do laudo antropológico etc.

É possível perceber como a introdução da soja nessa região tem acarretado em significativas mudanças no meio de vida das comunidades quilombolas. Além disso, como a fronteira da soja avança através da violência e expulsão dos povos e comunidades tradicionais dos seus territórios. Essas transformações estão relacionadas às mudanças na economia global e ao movimento de renovação do capital (BERNARDES, 2020), o qual tem usado, cada vez mais, os territórios como plataforma estratégica de recursos. A existência de sistemas técnicos e normativos voltados para a produção e áreas especializadas também contribui para a viabilização desse modelo produtivo, isso porque a produção da soja, no Maranhão, busca se ancorar nas áreas com maior facilidade de fluidez à produção do MATOPIBA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O olhar vertido para a história territorial do Maranhão, no conjunto da formação socioespacial brasileira, traz à luz que no decorrer da sua constituição, os usos do território empreendidos por agentes hegemônicos segundo suas lógicas e desígnios, forças políticas, econômicas e sociais foram cruciais para a existência dos intensos processos de produção das desigualdades contemporâneas e estruturais que atravessam o estado.

Assim, o avanço de novos latifúndios, através da apropriação de terras e grilagem, e da implantação de novos sistemas técnicos sobre os fundos territoriais no estado do Maranhão, são marcados por uma amálgama de conflitos envolvendo diversos agentes e intencionalidades (ALMEIDA & MOURÃO, 2017).

A partir da situação geográfica apresentada, elucida-se as formas como instituem-se os conflitos pelos usos, organização e regulação do território no campo maranhense. Se de um lado o capital busca avançar desestabilizando a vida de relações nos lugares, por outro, aqueles que permanecem na resistência, se organizam politicamente, denunciando as violências de suas ações.

O avanço da nova fronteira agrícola no estado do Maranhão tem comprometido os modos de viver das populações que têm o território como condição de suas existências, bem

como foram ampliados as desigualdades socio espaciais. E, dessa forma, elas criam resistências e insurgências no sentido de falar de suas lutas e, também, disputar projetos de ser e de viver, de produzir nos territórios, a exemplo da situação de Tanque da Rodagem e São João. Destaca-se, assim, que o cerne da problemática em voga advém da ação hegemônica do grande capital cuja atuação nas comunidades tradicionais é a expropriação desses atores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO. L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.

ALMEIDA, J. G; SODRÉ, R. B; MATTOS JÚNIOR, J. S. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na microrregião de Chapadinha. **Revista Nera (Unesp)**, Presidente Prudente, n. 47, n. 22, p. 1-24, 2019.

BOECHAT, C.; TOLEDO, C.A.; PITTA, F.T. “Land Grabbing e crise do capital: possíveis intersecções dos debates”. In: BOECHAT, Cássio Arruda (Org.). *geografia da crise no agronegócio sucroenergético; land grabbing e flex crops na financeirização recente do campo brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. Pp. 25-56.

BERNARDES, Julia Adão. “O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In; Bernardes, J.A. & Aracri, L.A.S. *A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010, pp. 15-28.

BRANDÃO, A. C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 150-185.

ELIAS, D. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J.; SILVA, C. A.; ARRUIZZO, R. C. **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Martins, José de Souza. **O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.



MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1979.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar / Sergio Schneider**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano IV, nº. 6, 1999. Pp. 21-27.

SODRÉ, R. B. O Maranhão Agrário: dinâmicas e conflitos territoriais. 222 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.